

**Antonio de Almeida Oliveira,
os ideais republicanos e a instrução:
um projeto para ensino público no século XIX**

*Angélica Borges
Giselle Baptista Teixeira*

Oliveira, A. de Almeida (2003). *O Ensino Público*. Brasília: Senado Federal, 373 p. (Edições do Senado Federal, v.4)

Não me julgues sem me ouvir. Se minhas palavras não vos
convencerem, fazei justiça a minha intenção. E só o que vos peço.

(A. de A. Oliveira – 1873)

Com estas palavras, Oliveira inicia sua obra alertando o leitor sobre sua mais evidente proposta, que é o de ser um divulgador de suas idéias acerca da educação no século XIX, entremeada também por suas posições políticas, sobretudo, republicanas. Publicado em 1873, em São Luís do Maranhão, o livro “*O Ensino público*” foi reeditado pelo Conselho Editorial do Senado Federal no recente ano de 2003, acrescido de um prefácio assinado por David Gueiros Vieira, que, entre outras coisas, apresenta uma espécie de biografia de Antonio Almeida de Oliveira. Por meio deste prefácio, podemos conhecer e, conseqüentemente compreender, algumas das relações e participações de Oliveira nas variadas questões que envolviam a instrução da época, o que lhe permitiu, inclusive, segundo o Dicionário de Sacramento Blake, ser agraciado pelo Governo Imperial com o Oficialato da Roza por reconhecimento aos serviços prestados à educação. Entre outras funções, Oliveira foi dono de uma escola noturna para adultos em Recife, fundador de uma biblioteca popular no Maranhão, assim como, deputado pelo Partido Liberal para a Assembléia Geral Legislativa, cargo no qual apresentou um projeto sobre um plano geral de ensino, legislando sobre a instrução pública primária e média em todo o império.

Segundo a apreciação de Vieira (2003), com tal obra:

Antonio Oliveira abre uma janela por meio da qual vislumbra-se o
cenário da educação publica brasileira no século XIX. Nele o autor
debate uma série de problemas do ensino, faz acusações para os
problemas da educação nacional. Causa espanto quão similares aos

de hoje eram os problemas de então. Fica a impressão de ter o Brasil, em muitos aspectos, permanecido quase que estático durante esses últimos 127 anos, e não apenas na área da educação (p.14).

Contudo, uma observação se faz necessária concernente a este prefácio, no qual Vieira realiza, em determinados momentos, comparações e generalizações inapropriadas como, por exemplo: a comparação das propostas de auxílio aos estudantes pobres com o atual programa de bolsa escola, com ares de propaganda política, o que não cabe diante da diferença existente entre as situações que as produziram e da forma como se processaram. Do mesmo modo, a afirmação *“faltam informações sobre o ensino das massas, e com muito boa razão, pois esse era que inexistente”* (p.13), não se sustenta quando se é possível identificar instituições com estes fins ou classes que atendiam alunos considerados pobres no século XIX; e a declaração acerca da prática dos professores de que *“o método de ensino daquela época – se é que aquilo poderia ser chamado de método – respaldava-se no adágio de que ‘só se sabe bem o que se aprende dificilmente’. Esses então ministravam o ensino por meio de tremendas surras de palmatória e de outros métodos de humilhação”* (p.14), ajudando a propagar a idéia de que todos os métodos eram iguais, assim como os professores eram todos severos, e que, pelo fato de discordar da referida prática, esta deixava de ser um método. Outro destaque refere-se ao fato de que Vieira também não se preocupou em levar em consideração que a escrita de Oliveira se apresenta como uma proposta, a partir do entendimento que este tinha acerca da forma como a instrução pública encontrava-se à época. Isto posto, carrega a perspectiva de suas posições políticas. No entanto, Vieira apropriou-se do discurso de Oliveira como se os fatos tivessem ocorrido da forma por ele colocada, o que não é possível ponderar sem realizar um trabalho de pesquisa e reflexões profundas.

A estrutura do livro inclui uma parte introdutória na qual Oliveira, a partir de sua perspectiva, tenta situar o leitor na conjuntura que pretende enfatizar; nove partes que abordam temas específicos; uma conclusão, seguida de advertências do autor e de anexos, os quais trazem um material que se torna significativo a partir do momento em que representam um documento que trata sobre a receita e despesas das províncias com a instrução primária e secundária, bem como, a descrição do número de alunos matriculados em estabelecimentos públicos e particulares em todo o país.

Neste livro, republicado com 373 páginas, as nove partes assim se intitulam: *Vista gerais, Da organização do ensino, Algumas instituições necessárias, Do magistério, Dos métodos de ensino, Do material das escolas, Das bibliotecas populares, Das despesas da instrução e, por*

último, Das mães de família. Em tais divisões o autor aborda uma série de questões referentes à educação do império, como, o analfabetismo, a obrigatoriedade, gratuidade e liberdade de ensino, a co-educação dos sexos, os meios disciplinares, a inspeção de escolas, as instituições noturnas, as conferências pedagógicas, as escolas normais, a mulher no magistério, os modos de ensino, as escolas inferiores e superiores, a mulher e a educação, entre outras questões. Cabe, contudo, ressaltar que o livro dá visibilidade a um conjunto de idéias e propostas do dito autor, sendo necessário haver uma preocupação em se buscar identificar e analisar em que pontos suas afirmações aproximam-se ou se afastam da realidade da instrução pública no império.

Em sua exposição, Oliveira critica o sistema educacional do período imperial apresentando uma série de possíveis soluções para os problemas apontados. Tendo isto em vista traz, em grande parte da escrita, exemplos de diferentes países, em especial idéias norte-americanas, usando o argumento da obtenção de bons resultados nos mesmos como um modo para convencer e converter seus leitores em “republicanos”. Outras estratégias utilizadas pelo autor, em seu discurso, são o adiantamento de respostas a possíveis questões e críticas levantadas, assim como, a indução da interpretação dos leitores.

No decorrer das páginas, percebe-se uma explícita defesa dos ideais republicanos, que confere a este regime a solução para os males existentes, resultantes da “suposta” incompetência da monarquia. Desta forma, constrói um discurso de total desprezo ao regime monárquico, responsabilizando-o pelos problemas e fracassos educacionais existentes. Assim, Oliveira tece, por meio de suas idéias de educação juntamente com algumas estratégias de escrita e de convencimento, um discurso no qual remete seu leitor a aderir à tese da ineficácia da monarquia, apresentando os ideais republicanos, como a única saída para o caos no qual a educação se encontrava. Tal obra funciona, deste modo, como um privilegiado instrumento para a propagação e, em alguns casos, para a inculcação de uma proposta carregada por uma doutrina e posição bem determinadas.

Ao nos depararmos com este compêndio, uma pergunta torna-se inevitável: por que o interesse em sua republicação passado 130 anos de sua produção? É fato que tal livro se configura como uma importante fonte para os pesquisadores em História da Educação que almejam refletir acerca de questões que envolvem a instrução do século XIX, permitindo ao leitor conhecer e, de certa forma, partilhar de relevantes aspectos da temática, ao coligar um expressivo acervo de informações, apresentando um considerável panorama da instrução pública ao retomar determinadas práticas e políticas do século XIX, notadamente registradas nos já citados

mapas em anexo, que representam um determinado ponto de vista da época, as propostas da política educacional, bem como, de inúmeras e variáveis realizações daqueles que se lançaram na educação brasileira.

Esta obra torna-se, destarte, um instrumento que permite formar uma idéia sobre a instrução na última metade do século XIX, ao trazer contribuições para o entendimento de relações (discussões e tensões) existentes neste período e, conseqüentemente, de práticas que colaboram para a compreensão daquilo que, de alguma maneira, autorizou e possibilitou a nossa realidade presente, isto é, ser como somos. Contudo, cabe uma última observação, considerando-se que descrição de fatos não passa, segundo Foucault¹, de uma imagem mutilada da verdade, devido à impossibilidade de se traduzir os acontecimentos da forma como ocorreram. Ao lado disto, o fato do autor ter uma nítida posição política faz com que este livro se apresente e deva ser lido, menos como um portador de verdades (ou uma descrição de fatos) do que como a consubstanciação de interesses e posturas presentes em uma sociedade que passava por um singular e complexo momento de debate político.

Angélica Borges é Bolsista de IC/ PIBIC-UERJ. Membro do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE - UERJ).

Giselle Baptista Teixeira é Bolsista de IC/CNPq. Membro do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE - UERJ).

¹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.